

## **AUTOGESTÃO DO TRABALHO EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADE OMNILATERAL PARA A EPT**

### **LABOR SELF-MANAGEMENT IN NON-FORMAL EDUCATIONAL SPACES: OMNILATERAL POSSIBILITY FOR PTE**

Rafael Rodrigues de Sousa Frois<sup>1</sup>  
Keila Lima Sanches<sup>2</sup>

**RESUMO:** Com este estudo foi possível analisar a dimensão pedagógica do trabalho enquanto princípio educativo, abordando as conceituações de Marx e Engels (1984) e Saviani (2007) acerca da histórica relação humana com o trabalho e sua ligação com os processos educativos. Também foram analisadas as possibilidades de educação não formal e informal, amparadas na compreensão de Gohn (2006) e Bruno (2014) para compreender suas características, divergências e convergências. A partir de tal compreensão, o principal objetivo deste estudo foi tentar conceber como tais elementos se reproduzem em espaços laborais autogestionários, no intuito de encontrar contribuições para a formação omnilateral na Educação Profissional e Tecnológica – EPT, a partir das considerações elencadas por Singer (2005) e Viana (2016) no tocante ao potencial pedagógico da autogestão do trabalho. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica em livros e periódicos científicos acerca dos temas autogestão do trabalho, cooperativismo, economia solidária e educação formal, não formal e informal. Ao final, concluiu-se que os espaços autogestionários de trabalho possuem relevante potencial pedagógico com características próprias de espaços não formais e informais de educação, e contribuem para construir conhecimentos junto aos trabalhadores, especialmente acerca dos processos de produção e organização laboral. Tais espaços auxiliam o controle cooperativo, utilizando o trabalho autogestionário enquanto princípio educativo dos procedimentos e valores da autogestão do trabalho. Esses achados compreendem elementos relevantes para a formação omnilateral de discentes da EPT, fator fundamental para a emancipação da classe trabalhadora, conforme elucidado por Gramsci (2004), e que, de acordo com Pacheco (2015), é um fundamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

**Palavras-chave:** Autogestão do Trabalho; Educação Informal; Educação não Formal; Trabalho Enquanto Princípio Educativo.

**ABSTRACT:** With this study, it was possible to analyze the pedagogical dimension of labor as an educational principle, based on the Marx and Engels (1984) and Saviani (2007) concept about the historical human relationship with work and its connection with the educational processes. We also analyzed the possibilities of non-formal and informal education and informal education, based on the Gohn (2006) and Bruno (2014) understanding to absorb their characteristics, divergences and convergences. From this understanding, the main objective of this study was try to conceive how such elements are reproduced in self-organized labor spaces, in order to find contributions to the omnilateral formation in Professional and Technological Education - PTE, based on the considerations listed by Singer (2005) and Viana (2016) regarding the pedagogical potential of self-management. The methodology was a bibliographic review of books and scientific journals about the themes of labor self-management, cooperativism, solidary economy, formal, non-formal and informal education. At the end, it was concluded that self-management spaces have a relevant pedagogical potential with their own characteristics of non-formal and informal educational spaces, and contribute to building knowledge with the workers, especially about the production processes and labor organization. Such spaces help the cooperative control, using self-managed work as an educational principle of the procedures and values of labor self-management. These findings comprise relevant elements for the omnilateral formation of PTE students, a fundamental factor for the working class emancipation, as elucidated by Gramsci (2004), and which, according to Pacheco (2015) is a Federal Network of Professional and Technological Education basis.

**Keywords:** Labor Self-Management; Informal Education; Non Formal Education; Labor as an Educational Principle.

<sup>1</sup> Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Prof EPT  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0784433099052448>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3846-4500>  
Email: rafaelfrois@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Economia Florestal pela UnB  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2337235850907901>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8264-2896>  
Email: keila.sanches@ifb.edu.br

## **INTRODUÇÃO**

A humanidade, desde seus primórdios, se organizou em torno de seus arranjos produtivos, fator que para Marx e Engels (1984) é reconhecido como uma das características próprias da espécie humana. A partir dessa concepção, Saviani (2007) destaca o trabalho enquanto elemento central das sociedades humanas, o qual sempre possuiu função pedagógica, uma vez que através das atividades laborais os humanos aprendiam a intervir na natureza para produzir sua existência, ao passo que também ensinavam tais ações às gerações posteriores, o que configurou o trabalho como um princípio educativo.

Contudo, ao longo da história humana, a educação se organizou de acordo com os valores de cada sociedade, os quais possuem relação direta com o desenvolvimento dos processos produtivos, princípios que tornam possível compreender que na sociedade contemporânea, a sociedade capitalista, são identificáveis diferentes configurações pedagógicas, as quais para Gohn (2006) podem ser compreendidas como educação formal, informal e não formal. A primeira refere-se à educação desenvolvida em espaços escolares, de maneira planejada e que visa à certificação. A segunda remete às aprendizagens desenvolvidas através das relações sociais humanas, que não possuem planejamento ou intencionalidade. Já a terceira, apesar de ocorrer em espaços distintos dos espaços escolares, possui intencionalidade, objetivos que correspondem aos interesses dos grupos envolvidos e em geral visam a formação por meio de experiências coletivas.

A partir da conceituação de Marx (2011), que considera que as configurações laborais do modo de produção capitalista mutilam o humano, impedindo-o de alcançar a plenitude de suas potencialidades, este estudo pretende analisar as possibilidades pedagógicas que podem ser obtidas por meio de espaços de educação formais, não formais e informais, que utilizem configurações laborais alternativas às convencionais da sociedade capitalista, especialmente formas autogestionárias e cooperativas de trabalho.

Tendo em vista tal problemática e considerando o trabalho como um princípio educativo, Singer (2005) destaca que o trabalho autogestionário possui o potencial pedagógico de ensinar os trabalhadores a se organizarem enquanto sócios, de maneira não hierárquica e desenvolver nos entes do processo produtivo seu potencial de colaboração e cooperação. O autor pondera que a autogestão do trabalho compreende uma forma democrática de alcance dos trabalhadores ao controle de sua produção. De maneira divergente do formato hetero-

gestionário, que é composto por postos de trabalho de diferentes níveis hierárquicos, evidenciando sua divisão manual e intelectual, a autogestão necessita do procedimento democrático de tomada de decisões para sua existência. Desde a demanda por rotatividade de funções, gestão de custos e ganhos até o controle da produtividade, tudo é determinado por decisões em assembleias deliberativas, isso demonstra que a prática do controle de todas as etapas da produção por parte dos trabalhadores, possibilitando-lhes o aprendizado integral acerca dos processos produtivos do seu trabalho.

Para Gaiger *et al.* (1999), o trabalho autogestionário desenvolvido em cooperativas é capaz de ensinar os trabalhadores a controlarem todas as etapas de produção e circulação de mercadorias e serviços, o que para Mészáros (2008) é uma condição educacional básica para a superação das formas de trabalho convencionais, por meio de expedientes formativos.

Outro aspecto abordado no estudo versa sobre a maneira pela qual os empreendimentos autogestionários de Economia Solidária – ES, uma forma de organização laboral que visa a cooperação e solidariedade entre os entes envolvidos na produção e consumo de bens e serviços, podem contribuir para a educação de estudantes-trabalhadores da EPT – Educação Profissional e Tecnológica, fortalecendo uma formação omnilateral.

Tendo em vista a relevância da compreensão deste tema para a EPT, no sentido de auxiliar os discentes em sua formação omnilateral, conforme destacado por Gramsci (2004), a compreensão acerca da dinâmica e estrutura dos processos produtivos, do modo de produção vigente e suas contradições, fornecem aos estudantes possibilidades de emancipação e formação para a autonomia. Para tanto, estudos sobre o tema autogestão do trabalho, desenvolvimento de empreendimentos autogestionários e cooperativismo serão aqui analisados.

### **Educação formal, não formal e informal**

As relações sociais, nos mais diferentes espaços, desenvolvidas ao longo da vida dos indivíduos, são experiências que geram aprendizados. Esse processo de aprendizagem ocorre tanto em espaços planejados para o desenvolvimento do processo educacional, denominados espaços formais de educação, como em ambientes distintos. Para Gohn (2006), os processos de educação se dividem em formais, não formais e informais. A autora defende que a educação formal é aquela desenvolvida em espaços escolares, de maneira planejada previamente. A educação informal se refere ao aprendizado que ocorre durante os processos de socialização em seus diversos espaços não formais. Já a educação não formal se desenvolve

em espaços e ações coletivas cotidianas através do compartilhamento de conhecimentos e experiências.

Para distinguir tais modalidades de educação, Gohn (2006) faz uso dos seguintes questionamentos: Quem é o educador? Onde se educa? Como se educa? Por quê? Quais as características pertinentes? Quais os resultados esperados?

De acordo com Bruno (2014), através desses questionamentos, fica evidente que na educação formal quem educa é o professor nos espaços escolares, enquanto na não formal o educador são as pessoas que se situam ao redor do indivíduo nos diversos espaços sociais, de maneira intencional. Tais configurações educacionais se amparam na obtenção de um objetivo contido no planejamento pedagógico, o que as diferencia da configuração educacional informal, que ocorre através dos processos de socialização e é responsável pela construção de valores e crenças dos grupos sociais, seus hábitos e ideias.

Almeida e Oliveira (2014) destacam que apesar de distintas, essas configurações de educação se complementam, uma vez que o processo de ensino-aprendizagem não é limitado a determinados espaços, situações e procedimentos. Tendo em vista as contemporâneas modificações nas configurações econômicas, políticas e sociais, Libâneo *et al.* (2012) consideram que a escola deve ir além da coexistência com as configurações não formais e informais de educação, deve também construir uma conexão com estas, a fim de tornar a formação cada vez mais pertinente e correlata à vida das pessoas. Nesse contexto, Gohn (2006) ressalta que a educação não formal e informal não substituem a educação formal, uma vez que nesta o conhecimento é sistematizado e construído, contudo possuem um potencial complementar no processo de ensino-aprendizagem. Essa complementação se dá por intermédio dos processos educativos operados por meio das relações sociais. Entre elas, serão destacadas as relações de trabalho.

De maneira geral, em nossa sociedade o trabalho é visto como uma atividade que visa a remuneração para a subsistência, o que para Bonamigo (2014) possui relação com a fragmentação e alienação do trabalho, promovidos pelo capital. Para o autor, essa configuração do trabalho influencia o formato educacional atual, que é dividido de acordo com as demandas da produção. A exemplo disso, é possível observar formatos educacionais diferentes, como o de simples alfabetização, no sentido do letramento, com o objetivo da leitura para recepção de mensagens de maneira acrítica, assim como configurações educacionais que visam o ensino de atividades laborais e outras com o intuito de formação intelectual. Essas fragmentações na educação visam reforçar a divisão entre trabalho manual e intelectual, o que para Gramsci (2004) é

característica essencial da sociedade capitalista. Entretanto, numa perspectiva de formar o ser humano para atingir de maneira plena suas diversas potencialidades, o trabalho não fragmentado pode ser uma ferramenta valiosa. Nesse sentido, o autor defende que uma formação que conecte educação e trabalho socialmente necessário, que atenda às demandas da sociedade e não às do capital, carrega o potencial de desenvolver no estudante sua integralidade humana. Esta educação deve fornecer o acesso às diversas formas de conhecimento da humanidade, possibilitando o desenvolvimento de novas compreensões acerca dos processos produtivos e das relações sociais. Tal relação íntima entre trabalho e educação pode ser encontrada dentre as relações laborais em espaços de educação não formal, os quais, de acordo com Bruno (2014), possuem o potencial de integrar os indivíduos com o mundo e com seu meio social por meio de atividades que compartilham conhecimentos, voltados para as demandas dos sujeitos envolvidos. Dessa maneira, a educação formal deve considerar o caráter complementar da educação não formal enquanto via para a integração entre trabalho e educação.

### O trabalho enquanto princípio educativo

De acordo com Saviani (2007), o trabalho é a maneira como a humanidade, desde as primeiras civilizações, construiu processos educativos. Para o autor, foi através do trabalho, modo como o ser humano aprendeu a produzir sua existência, que o processo de ensino-aprendizagem teve início. Ao produzirem, os indivíduos aprendiam e ensinavam uns aos outros, através das relações sociais do trabalho e ensinavam também às gerações futuras.

Marx e Engels (1984) defendem que ao longo de sua história a humanidade estruturou o trabalho, e conseqüentemente a educação, de acordo com a criação e desenvolvimento de suas forças produtivas. As primeiras formas de organização social do trabalho se deram nas sociedades tribais, cujas forças produtivas se baseavam na caça e pesca, criação de gado e agricultura rudimentar. Posteriormente, as sociedades comunais, criadas pela união de diversas tribos para a formação de cidades, nas quais a mão de obra escrava era utilizada, surgiram as formas de propriedades móveis e imóveis, assim como os antagonismos entre campo, cidade, indústria e comércio marítimo. Em seguida, as sociedades feudais, caracterizadas pela expansão da agricultura e regime de servidão no campo, assim como pelo surgimento de pequenos proprietários de capital nas indústrias artesanais urbanas. Para os autores, nas diversas formas de organização social, determinadas por suas condições materiais de produção, houve, em maior ou

menor escala, distanciamento entre aquilo que é produzido e quem o produz. Esse distanciamento demonstra-se evidente na sociedade atual, a sociedade capitalista.

Segundo Marx (2011), no modo de produção da sociedade capitalista, o sentido humanizador do trabalho e da educação, foram subvertidos. O autor sustenta que, neste modo de produção, o trabalhador não detém o trabalho em sua essência, encontra-se alienado da produção, pois não há nela participação consciente do indivíduo. Ao desenvolver um trabalho não o faz de forma voluntária, mas de maneira compulsória. O trabalho não é realizado para satisfazer uma necessidade em si, mas para satisfazer necessidades fora do trabalho. Dessa forma, a educação desenvolvida pelo modo de produção capitalista reforça esses mesmos princípios e valores, no intuito de estabelecê-los enquanto base moral desta sociedade. Esta educação, dividida entre formação para as classes dominantes em centros educacionais exclusivos e, por outro lado, capacitação para o trabalho alienado para o proletariado, reproduz a estrutura social, normalizando-a através da reificação de seus elementos. Entretanto, para o autor, através das conquistas do movimento sindical operário do século XIX, como a redução da jornada de trabalho para oito horas e proibição do trabalho fabril infantil, que não fosse realizado em paralelo à escolarização, criou-se o germe para a educação do futuro, que deveria aliar teoria e prática, no intuito de operar a práxis social para a criação do homem novo, base para a elevação social do proletariado sobre a burguesia. Esta formulação desenvolvida por Marx criou os princípios da educação politécnica, ou tecnológica, que possuía o intuito de combinar a educação com produção material, de acordo com as forças produtivas já desenvolvidas no século XIX.

O conceito de educação politécnica continuou a ser desenvolvido por Gramsci (2004) no início do século XX, que se encontrava em outra fase de desenvolvimento do capitalismo, o qual na Itália expandia a industrialização e consequente criação de escolas para o trabalho fabril, após a reforma educacional de Gentile. O autor defendia que, para modificar o quadro de dualismo na educação, seria necessária uma mudança profunda na sociedade em seus aspectos morais e intelectuais. Para preencher tal lacuna, a formulação da educação de grupos subalternos tornaria-se demanda prioritária, por meio de sua capacitação a um nível superior de civilidade. Dessa forma, poderiam obter a hegemonia da sociedade. Alcançando esse patamar, tais indivíduos compreenderiam de forma clara o funcionamento das estruturas sociais e seu papel na história, teriam a possibilidade de construir seu próprio caminho, saindo da condição de subordinados para uma

posição de liderança. A mudança das relações sociais se daria de maneira profunda a partir de tal fenômeno. A dualidade educacional seria extinguida por meio de uma escola única para todos os indivíduos, chamada de escola unitária. Essa escola seria responsável pela capacitação geral da sociedade, por intermédio da formação cultural geral e humanista, que prepararia o indivíduo a trabalhar manual e intelectualmente para atender às demandas sociais, oferecendo a todos a possibilidade de se tornarem dirigentes da sociedade.

Ao contrário do postulado por Marx e Gramsci, Krupskaya (2017), não considerava possível a criação de uma escola que atendesse plenamente aos interesses dos trabalhadores no interior do modo de produção capitalista. Para a autora, que também defendia a operação do ensino associado ao trabalho produtivo, a educação pública e democrática demandaria uma grande participação dos trabalhadores e suas organizações na formulação e execução do projeto educacional. Ela propunha a criação da escola de trabalho controlada pelos trabalhadores, pois, acreditava que, caso contrário,

[...] enquanto a organização da questão escolar permanecer fora da influência operária (da classe operária), a escola do trabalho será uma ferramenta dirigida contra seus interesses. Somente a democracia operária (da classe operária) pode fazer da escola do trabalho uma “ferramenta de transformação da sociedade moderna”. (KRUPSKAYA, 2017, p. 39).

Segundo a autora, a criação de uma escola que atendesse plenamente aos interesses dos trabalhadores, uma escola socialista, somente seria possível ser realizada no interior de um processo social que, protagonizado pela classe trabalhadora, tivesse o objetivo de criar uma sociedade socialista. Isso porque o caráter geral da escola é determinado pela classe dominante de cada sociedade. Em uma sociedade burguesa, dominada pela burguesia, os objetivos da escola seriam os objetivos desta classe, que são antagônicos aos dos trabalhadores. Um dos objetivos da sociedade socialista seria o de extinguir este antagonismo, através da abolição das classes sociais. Para tanto, seria necessário uma escola que ensinasse a sociedade a conviver com estas novas relações sociais, sem dualidades sociais e educacionais. A proposta da autora, que foi desenvolvida durante a primeira década da revolução russa, iniciada em 1917, buscou romper com essa antiga dualidade educacional criada pela divisão de classes, através da busca da capacitação dos estudantes para o trabalho manual e intelectual, socialmente necessários, desde os primeiros anos de vida escolar. A formação geral incluía o desenvolvimento

da cultura proletária na condição de promotora de valores sociais, o ensino através do trabalho socialmente necessário, enquanto princípio educativo, operado por complexos educacionais e a politecnicidade na educação.

De acordo com alguns princípios educacionais já aqui elencados, seguindo uma perspectiva educacional crítica ao trabalho do modo de produção capitalista, no seio da sociedade brasileira, Freire (2002) compreendeu que a construção da base curricular por meio de fenômenos que ocorrem no mundo do trabalho são essenciais para a reflexão e compreensão da realidade por parte do estudante. O autor, que trabalhou diretamente com a educação de jovens e adultos da classe trabalhadora, concluiu que o trabalho configura um elemento mediador, um princípio educativo para a compreensão de fenômenos do mundo do trabalho, como as condições de produção do Brasil, as relações dos trabalhadores rurais com a terra, formas alternativas de trabalho, dentre outras.

Contudo, não é recente a associação entre trabalho produtivo e educação escolar no Brasil. Fernandes (1989), critica o modo com que o trabalho se inseriu na escola brasileira, na perspectiva de formar mão de obra assalariada. O autor defende que para a adoção do trabalho enquanto princípio educativo é necessário

[...] 1) Varrer do corpo e da cabeça do jovem a aprendizagem que o socialize para ser um cidadão de segunda ou terceira categoria (...)" e 2) "fazer da integração à escola o centro de uma liberação crítica e total, que incentive a descoberta do eu e do nós coletivo do futuro trabalhador, como pessoa e como integrante de sua classe social. (FERNANDES, 1989, p. 263).

A abordagem do autor demonstra que o trabalho deve atuar na formação humana, para que o estudante reconheça-se em sua produção e identifique, por meio do trabalho, seus semelhantes. Dessa maneira, a formação de uma consciência de apropriação do trabalho e da produção seria a base da emancipação da sociedade.

Saviani *et al.* (1994), compreendem que a sociedade burguesa criou uma configuração educacional dual, dividida entre uma escola para as elites, com a perspectiva de formação intelectual, e outra escola para os trabalhadores, voltada para a formação básica e/ou para atividades de trabalho manual. Entretanto, o autor destaca que da mesma forma com que durante a primeira revolução industrial o trabalho manual, em grande parte, foi passado para as máquinas, um novo movimento da sociedade burguesa encontra-se em andamento,

com a possibilidade de transferir grande parte do trabalho intelectual para as novas tecnologias. De acordo com o autor, tal fenômeno pode desencadear a construção de uma nova configuração educacional, que rompa com o modelo antigo e crie uma escola unitária, que una trabalho e educação dentro da perspectiva do alcance das múltiplas potencialidades humanas. Essa seria uma das exigências para o desenvolvimento dos novos processos produtivos, demonstrando uma clara contradição do modo capitalista de produzir a vida e abrindo possibilidades para sua superação.

### **O potencial educativo de espaços de autogestão do trabalho, cooperativismo e economia solidária**

De acordo com Singer (2005), o cooperativismo traz consigo a possibilidade pedagógica de organizar os trabalhadores para a autogestão, condição básica para a superação do capital. Para o autor, as condições de trabalho sob o princípio da autogestão superam as convencionais, pois a democratização da gestão possibilita esse caminho e ainda cria uma possibilidade de fortalecimento contra o determinismo de precarização do trabalho imposto pelo capital. O autor reforça que o cooperativismo possui o objetivo de reduzir a competitividade entre os entes dos processos produtivos através da organização da produção e do consumo, baseados na cooperação entre os sujeitos associados. Nesses empreendimentos, os próprios trabalhadores tornam-se responsáveis pela gestão do empreendimento, conceito denominado como Autogestão. Contudo, tendo em vista suprir as demandas sociais através do trabalho associado cooperativo, um conceito denominado Economia Solidária – ES foi criado, o qual compreende uma diversidade de empreendimentos, tais como bancos cooperativos, empresas, associações, clubes de trocas, dentre outros. Segundo o autor, tais empreendimentos são responsáveis por gerir atividades de agricultura, comércio de produtos primários, alimentação, serviços e demais. Outro aspecto da ES, ressaltado por Gaiger *et al.* (1999), é a valorização do trabalho como elemento central de tais empreendimentos, pois nesse formato organizacional a manutenção dos postos de trabalho é um ponto chave. Compreende-se a partir de tais elementos uma divergência primordial entre os formatos cooperativos e acumulativos de organização do trabalho. Enquanto os primeiros buscam o atendimento das demandas sociais, incluindo-se o direito ao trabalho, os segundos visam a valorização do capital acima do interesse social.

A natureza das relações de trabalho dos Empreendimentos Autogestionários de ES são também alvo de observação

devido às suas características distintas do formato convencional capitalista. Tais relações, uma vez consolidadas, possuem potencial de modificar a compreensão dos trabalhadores acerca do conceito de trabalho e sua relação com o mercado, pois estes

[...] não cogitam voltar a trabalhar para um patrão ou a ficar sozinhos com um negócio próprio. Apesar de identificarem dificuldades e incertezas, apontam vantagens em relação ao trabalho assalariado, destacando-se: renda monetária próxima ao valor obtido no mercado de trabalho; condição de co-proprietário e gestor do negócio, com poder de decisão em benefício dos próprios trabalhadores; valorização da auto-estima; desenvolvimento intelectual e potencialidades profissionais; viver o trabalho como algo digno e não como atividade penosa. (Gaiger, *et al.*, 1999, p. 36).

O potencial pedagógico da ES, acerca da compreensão da organização do trabalho pelos próprios trabalhadores, associação e democratização gestonária, é um aspecto que necessita ser melhor investigado, uma vez que pode residir uma ferramenta a ser desenvolvida para a estruturação e emancipação da classe trabalhadora. Neste aspecto, ainda que no interior do modo de produção capitalista, a ES se aproxima da proposta descrita por Mészáros (2008), na qual o autor defende que a construção do socialismo deve se apoiar na união entre produtores livremente associados.

Considerando as conclusões de Antunes e Filgueiras (2020), acerca do atual contexto de acumulação flexível e reestruturação das relações de trabalho, a aprendizagem de formas autogestionárias de produção sugere grande potencial para auxiliar a reorganização dos trabalhadores enquanto força política e social. Nesse cenário, a inclusão deste tema na formação para o mundo do trabalho, ofertada pela EPT, pode criar possibilidades de educação não formal para atingir esse objetivo.

De acordo com Viana (2016), cada modo de produção elabora uma configuração educacional específica, que atenda às suas demandas. Para o autor, a educação formal criada pelo capitalismo surgiu para suprir sua necessidade de mão de obra qualificada de trabalho alienado e produção de mais-valia. Esse formato de educação fortalece os valores sociais que reificam o trabalho assalariado. Em contrapartida, o trabalho cooperado, ainda que desenvolvido no interior do modo de produção capitalista, possui características que reduzem a distância entre o trabalhador e o produto de seu trabalho. Para Singer (2005), reside nesta diferença o potencial pedagógico da autogestão do trabalho, sendo construir, de

maneira não formal, o aprendizado acerca do funcionamento do modo de produção capitalista, suas contradições e possibilidades de superação.

Esse aprendizado pode ser observado através das relações de trabalho desenvolvidas em espaços cooperados vigentes. Por se tratar de espaços não escolares e não compreenderem uma estrutura curricular formativa certificadora, é possível assimilar formação cooperativa como uma possibilidade de educação não formal, quando efetivada para a capacitação de trabalhadores cooperados, assim como informal, através da construção e compartilhamento de valores e costumes desenvolvidos cotidianamente através das relações sociais nos ambientes autogestionários.

Um fenômeno pouco comum, porém de grande relevância para a compreensão da educação não formal e informal em espaços de trabalho autogestionários é o processo de recuperação de fábricas (HENRIQUES *et al.*, 2013; PIRES e LIMA, 2017). Devido à falência e/ou pagamento de dívidas trabalhistas, algumas empresas e indústrias realizam acordos de transferência de seu patrimônio estrutural aos trabalhadores, a fim de sanar débitos. Ao assumirem a massa falida, por vezes os trabalhadores reorganizam a estrutura de trabalho, que anteriormente era hierárquica, passando a ser cooperativa e autogestionária.

A fim de compreender esse fenômeno, Henriques *et al.* (2013) demonstraram que, até o período abordado em seu estudo, havia 67 Empresas Recuperadas por Trabalhadores – ERTs em operação no Brasil, com 11.704 trabalhadores associados. Os relatos das mudanças geradas pelas diferentes relações de trabalho aderidas após a instauração dos processos de autogestão são diversos.

Dentre essas mudanças, destacam-se: a superação da relação patrão-empregado; a ampliação das responsabilidades, compromisso e motivação para a gestão do empreendimento; melhora do ambiente laboral através da gestão do horário de trabalho, realizado de forma conjunta entre os trabalhadores, o que por vezes gerou a redução de carga horária sem prejuízo da remuneração. Além disso, a principal mudança relatada foi em relação ao ritmo do trabalho, esse definido pelos próprios trabalhadores. Há também um destaque para os aprendizados construídos por meio da adoção do sistema de rodízio, ou seja, alternância de funções. De acordo com pesquisadores, essa prática proporciona uma compreensão integral do sistema produtivo e redução da alienação do trabalho. O estudo ainda relata que a autogestão desses empreendimentos também compreendeu a construção de assembleias gerais, realizadas por meio de reuniões com os trabalhadores, a fim de compartilhar com esses informações ou

proceder à tomadas de decisões acerca da gestão do trabalho. Para um trabalhador adaptado ao formato laboral capitalista, as mudanças aqui descritas podem gerar um aprendizado que aproxime o trabalhador do controle dos processos de sua produção, capacitando-o a enxergar a possibilidade de produzir a própria existência. Essa capacidade, para Kolakowsky (1985), é condição essencial de humanização, uma vez que ao determinar seu trabalho o produtor passa a se enxergar em sua produção e passa também a enxergar seus semelhantes na produção total coletiva, compreendendo genericamente sua existência.

Com gênese distinta das ERTs, alguns empreendimentos de pequeno a médio porte, criados sob desapropriação ou união de pequenas propriedades, também compõem o formato cooperado autogestionário a fim de gerir sua força de trabalho. É o caso das cooperativas agrícolas de agricultura familiar, objeto de estudo de Santos (2015), que analisou cinco cooperativas do estado de Goiás no intuito de compreender a competitividade de empreendimentos cooperativos frente ao mercado, sua metodologia de gestão, possibilidades de financiamento e benefícios gerados aos cooperados. Ao analisar as relações sociais dos cooperados, observou-se que os valores sociais de solidariedade e autoajuda se tornam vigentes nessa forma de organização do trabalho. Tais valores são assimilados através do desenvolvimento desse modo de produção, uma vez que, de acordo com os próprios cooperados, a associação entre os trabalhadores forma um senso coletivo de trabalho, conforme relatado no trecho abaixo:

[...] Primeiramente a visão de como ver as coisas, compreender como que as coisas acontecem, como se consegue as melhorias para o produtor rural né, isso mudou muito. A forma de pensar, a forma de pensar não mais individualmente, mas pensar junto, não querer só pra mim, mas pra todo mundo. E assim quando eu consigo as coisas pros outros coletivamente eu estou conseguindo pra mim também. [...]. (SANTOS, 2015, p. 40).

Além disso, o trabalho cooperado comumente atua como educador não formal, por intermédio de capacitações ofertadas aos cooperados, e também informal, por meio do desenvolvimento das relações sociais, relacionadas às estruturas dos modos de produção, o que envolve a compreensão essencial do trabalho enquanto direito, não mais como mercadoria. O entendimento da coletividade da força de trabalho também é um aprendizado relevante dessa forma de organização do trabalho, pois, de maneira distinta do formato competitivo, os trabalhadores cooperados compreendem que

somente a ação coletiva consegue gerar benefícios relevantes para seu meio social.

[...] Eu acho importante porque através do cooperativismo, o agricultor, ele passa a conhecer os seus direitos como agricultor e junto, ele tem mais capacidade para conquistar as coisas que eles precisam, melhorar a sua vida no seu dia a dia, né. Sozinho ele não consegue porque não é fácil a vida de agricultor, e quando ele está junto, sendo um cooperado, fica mais fácil pra ele conseguir até mesmo financiamento né, conseguir as coisas pra ele no seu dia a dia lá no campo, ele pode conseguir vários projetos através da cooperativa e esses projetos vêm e traz benefícios pra eles individual e coletivamente lá no campo [...]. (SANTOS, 2015, p. 39).

Para além da abordagem comercial do trabalho cooperativo, o modelo autogestionário proposto pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST visa a capacitação política dos trabalhadores para sua efetiva compreensão estrutural do modo de produção capitalista e atuação direta para a construção de uma via superior de organização social. Essa observação foi feita por Teixeira (2014), ao pesquisar a origem do movimento, seus objetivos e resultados. Segundo o autor, o MST buscou a criação de uma grande rede cooperativa que aproximasse a realidade do campesinato brasileiro à do trabalho industrial mecanizado. A proposta defende que, dessa forma, os trabalhadores aprenderiam por meio do desenvolvimento de uma consciência coletiva a dimensão de sua força de trabalho conjunta. Portanto, o MST tem como base a formação política de seus membros para a atuação no trabalho cooperado. Além disso, o movimento, de origem marxista, tem em vista o alcance de uma integração nacional de suas cooperativas, conforme o modelo proposto por Marx e Engels (1953), para que a produção cooperativa faça frente material à produção capitalista. Contudo, muitas dificuldades no percurso de seu desenvolvimento limitaram e ainda limitam o MST quanto à efetivação da oferta dessa formação a seus membros. Ainda assim, é reconhecido como um dos movimentos sociais mais organizados do Brasil.

### **EPT: Princípios e Possibilidades**

De acordo com Pacheco (2015), um dos objetivos da Rede Federal de EPT é a produção de tecnologias capazes de desenvolver os arranjos produtivos locais e regionais e a geração de emprego e renda, através da produção de conhecimentos científicos e tecnológicos voltados para atender às demandas das comunidades nas quais os IFs - Institutos Fe-

derais de Educação se instalaram após sua expansão. Para o autor, esta conexão entre os Institutos e as comunidades revela um aspecto importante para o desenvolvimento das forças produtivas do Brasil, através da formação humana integral de seus cidadãos, preparados para o mundo do trabalho.

A concepção de EPT voltada para suprir tais demandas considera a formação humana integral, princípio destacado por Appio *et al.* (2020), que pressupõe o desenvolvimento pleno das diversas capacidades humanas, através do acesso integrado a distintas áreas de conhecimentos. Tal princípio possui ligação direta com a idéia de omnilateralidade, a qual de acordo com Gramsci (2004), seria essencial para o desenvolvimento da emancipação e autonomia dos discentes, o que os capacitaria para romper com a dualidade social de classes, reforçada no modo de produção capitalista pela dualidade educacional, que separa a educação para o trabalho manual da educação para o trabalho intelectual. A proposta do autor foi a criação de uma escola única de trabalho, a escola unitária, que uniria a formação humana geral com a formação para o trabalho produtivo, que atenderia às demandas sociais. Na educação brasileira, o Ensino Médio Integrado - EMI possui aspectos que se aproximam dessa proposta. Segundo Silva (2020), essa modalidade traz consigo a possibilidade de articular o Ensino Médio com a formação profissional, não apenas unindo conteúdos, mas integrando-os, através da organização curricular, no intuito de associar cultura, trabalho, humanismo, ciência e tecnologia. Tal proposta tem dentre seus objetivos capacitar o discente para que se aproprie da fundamentação tecnológica acerca dos processos produtivos, utilizando o trabalho enquanto princípio educativo. Esse objetivo é parte fundamental para criar alternativas à dualidade educacional no Brasil, para as quais

O horizonte da formação, nessa perspectiva, é a formação politécnica e omnilateral dos trabalhadores e teria como propósito fundamental proporcionar-lhes a compreensão das relações sociais de produção e do processo histórico e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas. (CIAVATTA E RAMOS, 2011, p. 31)

Entretanto, com vistas a enriquecer a matriz curricular da EPT no sentido aqui elucidado, é necessário questionar sobre a maneira com que o trabalho enquanto princípio educativo vem sendo abordado nas práticas curriculares. De acordo com Ramos (2014), as diretrizes da EPT sugerem a abordagem do trabalho enquanto princípio educativo para auxiliar a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, de intervenção do homem na natureza para

produção de sua realidade e alcance de suas potencialidades. Porém, a forma de organização do trabalho no modo de produção capitalista tende a reforçar os limites impostos pelo capital na sociedade. Ainda que a EPT aborde essa temática, a reprodução dos valores sociais, por outras vias educacionais, sejam elas formais, não formais ou informais, limitam o alcance da prática da omnilateralidade na vida social. A EPT no Brasil está, portanto, inserida no contexto da luta de classes.

Mészáros (2008), analisa que uma mudança substancial na educação da sociedade capitalista somente seria possível através da mudança estrutural da mesma sociedade. Contudo, segundo o autor, a educação pode desempenhar um papel fundamental para uma transição social, através da abordagem didática acerca de exemplos materialmente possíveis de uma sociedade futura sustentável. Esta abordagem, denominada pelo autor como expedientes mediadores, se baseia na criação de princípios que orientem a sociedade para a adoção de valores e conhecimentos capazes de promover tais mudanças. Dentre as possíveis temáticas dessa metodologia, é necessário destacar que a autogestão do trabalho de empreendimentos de economia solidária e cooperativista possui grande potencial de efetivar um expediente mediador. De acordo com Singer (2005), a autogestão do trabalho é uma forma concreta de controle direto dos trabalhadores de sua produção, além de torná-los responsáveis pela organização da dinâmica de seu trabalho. O autor destaca que essa atividade, diferente da organização competitiva do modo capitalista, pode ser considerada um princípio educativo que utiliza o trabalho para ensinar a sociedade a superar as contradições do capital, por intermédio de uma organização cooperativa e solidária de trabalho. Esse aprendizado requer

[...] que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem de ser coletiva. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, apenas em linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois, o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. Trata-se de grande variedade de práticas de ajuda mútua e de tomadas coletivas de decisão. (SINGER, 2005, p. 16)

Dessa forma, a abordagem do trabalho enquanto princípio educativo, descrito como princípio da EPT, ao adotar os elementos pedagógicos do trabalho autogestionário, com o intuito de possibilitar aos discentes, além da compreensão das contradições da atual sociedade visualizarem uma possibilidade efetiva de prática social emancipadora em seu sentido politécnico e omnilateral, possibilitaria no mínimo um

despertar para a curiosidade, pois

a partir da prática autogestionária potencializada pela economia solidária, os trabalhadores compõem uma condição de sujeito econômico, social e político que considera a reprodução social da vida frente às regras das relações capitalistas de produção. Percebe-se aí um processo pedagógico que produz novas representações de mundo que precisa ser compreendido e reconhecido, tendo em vista o potencial emancipatório do trabalho associado e autogestionário. (STRECK; STEBAN, 2013, p. 260-261).

O alcance da omnilateralidade por meio da educação formal perpassa diversos processos. Entre esses, a complementaridade fornecida pela educação não formal, conforme descrito por Gohn (2006), possui grande relevância, pois pode inserir o discente da EPT em uma realidade de compartilhamento coletivo de conhecimento, como a autogestão do trabalho, seja por uma possível adoção dos princípios autogestionários nas práticas curriculares, ou até mesmo por inserção dos discentes em experimentos diretamente não formais nos espaços autogestionários.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a de revisão bibliográfica em livros e periódicos científicos acerca dos temas “autogestão do trabalho”, “cooperativismo” e “economia solidária”, assim como do tema “educação formal, não formal e informal”.

O critério utilizado para a busca bibliográfica foi a escolha de palavras-chave que se relacionam diretamente com os temas da pesquisa, como “omnilateralidade”, “trabalho enquanto princípio educativo”, “autogestão do trabalho”, “cooperativismo”, “economia solidária”, “educação formal”, “educação não formal” e “educação informal”.

Os livros, artigos e trabalhos escolhidos em sua maioria foram obtidos a partir da utilização do site de buscas Scholar Google (Google Acadêmico). A partir da leitura do material, foi possível compreender os temas e correlacioná-los de maneira sinérgica. A sistematização da leitura foi feita por meio de processos de fichamento e organização sequencial de ideias.

Para tanto, a abordagem metodológica utilizada foi a de pesquisa bibliográfica, modalidade que, de acordo com De Sousa *et al.* (2021), se ampara na busca de material relacionado ao tema da pesquisa que já tenha sido publicado em meios de divulgação de relevância científica, através dos quais o

pesquisador possa construir e aprofundar sua compreensão da teoria, a qual deve a ser reconstruída e aprimorada a partir dos fundamentos teóricos.

A análise se iniciou na busca da compreensão do tema “educação formal, não formal e informal”, a fim de se formar uma base conceitual pedagógica para esta pesquisa, o que possibilitou em seguida a análise dos temas “autogestão do trabalho”, “cooperativismo” e “economia solidária” e suas relações com os processos de educação, a partir da conceitualização do trabalho enquanto princípio educativo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os experimentos relatados aqui abordam os aprendizados construídos pelos trabalhadores em ambientes de autogestão do trabalho, o que está de acordo com a perspectiva citada por Gohn (2006), Bruno (2014) e Almeida e Oliveira (2014) no tocante aos conceitos de educação não formal e informal, os quais sugerem o desenvolvimento e compartilhamento de aprendizados relevantes para os sujeitos sociais envolvidos em determinados processos, como a autogestão do trabalho.

Através das capacitações destinadas ao trabalho autogestionário, algumas cooperativas e ERTs, conforme descrito por Henriques *et al.* (2013), realizaram a formação dos trabalhadores para a autogestão do trabalho através de uma configuração educacional não formal. Por sua vez, os valores e costumes construídos por meio das vivências do trabalho autogestionário configuram relações sociais que fortalecem este ambiente e que são passados aos novos membros, o que remete ao conceito de educação informal, conforme descrito por Gohn (2006). Além disso, por se tratarem de ambientes laborais sob gestão dos trabalhadores, também operam o trabalho enquanto princípio educativo de suas ações, processos e valores, conforme amparado por Saviani (2007).

Os conhecimentos relativos ao domínio da integralidade dos processos produtivos, do modo de produção capitalista, das estruturas dos formatos de trabalho competitivo e cooperativo e de construção de possibilidades de superação das contradições do capital, através do trabalho autogestionário, produzem um ambiente favorável para o alcance da omnilateralidade, fundamento da escola unitária de trabalho, conforme descrito por Gramsci (2004), e que tem no EMI – Ensino Médio Integrado, de acordo com Silva (2020), uma possibilidade de efetivação.

A educação não formal e informal, atuando de maneira complementar à educação formal da EPT, tem muito a contribuir para a demanda da construção da omnilateralidade. A exemplo disso, os aprendizados aqui relatados sobre o mun-

do do trabalho autogestionário podem ser compartilhados e até mesmo vivenciados por estudantes da EPT, por meio de ações de extensão, um dos pilares dessa modalidade educacional nos Institutos Federais de Educação. Elementos como a ausência de hierarquia na estrutura laboral e suas consequências para a produtividade, rotatividade de funções para o aprendizado acerca do controle integral da produção e participação ativa na gestão dos custeios, investimentos e planos de carreira, ao serem vivenciados pelos trabalhadores, são capazes de gerar uma compreensão do que seria a autonomia do trabalho numa sociedade na qual o trabalho seja controlado por trabalhadores. Tal experimento educacional se aproximaria da proposta de Mészáros (2008), em que ele conceitua os expedientes mediadores, práticas identificáveis entre o presente e o futuro sustentável, que são meios pelos quais os princípios orientadores gerais da transformação socialista podem tornar-se forças operadoras.

O contato dos discentes da EPT com esse universo tende a ser muito proveitoso para o alcance de sua formação integral, pois essa aproximação pode auxiliá-los na compreensão das diversas etapas dos processos produtivos e formação para o trabalho livre e associado, conforme defendido por Gramsci (2004), que cita a compreensão holística dos processos produtivos vigentes de seu tempo como uma premissa básica da emancipação humana. Segundo o autor, isso seria um dos fundamentos para superar a educação dual, na qual o trabalho intelectual é separado do trabalho manual.

Além dos processos de educação não formais e informais, a influência destes para a educação formal pode ser consolidada, uma vez que a construção da cultura acadêmica passa por esta via de ação. O fomento ao trabalho autogestionário nesse meio pode se tornar premissa e até um elemento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de EPT, construindo-se a partir de tal formatação ações de ensino, pesquisa e extensão nesse sentido. Tal mudança, por sua vez, pode evidenciar a relevância complementar dos processos não formais e informais de educação para a EPT.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. S. B.; OLIVEIRA, S. S. DE. Educação não formal, informal e formal do conhecimento científico nos diferentes espaços de ensino e aprendizagem. **Cadernos Pde**, v. 2, p. 18, 2014.
- ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contra-campo**, v. 39, n. 01, p. 27–43, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38901>>. Acesso em: 02 jan. 2022.
- APPIO, C. R.; EVALD, I.; SILVA, V. A formação integral na educação profissional tecnológica: alguns apontamentos. **Metodologias e Aprendizado**, v. 1, n. 2014, p. 11–16, 2020. Disponível em: <<https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/1100>>. Acesso em: 5 fev. 2022.
- BONAMIGO, C. Limites e possibilidades históricas à educação omnilateral. **EDUCERE -Revista da Educação**, v. 1, n. 14, p. 83–101, 2014. Disponível em: <<https://revistas.unipar.br/index.php/educere/article/view/5421/3108>>. Acesso em: 05 dez. 2021.
- BRUNO, A. Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. **Mediações**, v. 2, n. 2, p. 10–25, 2014. Disponível em: <[http://mediacoes.ese.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/68/pdf\\_28](http://mediacoes.ese.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/68/pdf_28)>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino médio e educação profissional no Brasil. **Revista Retratos da Escola**, v. 5, n. 8, p. 27–41, 2011. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45/42>>. Acesso em: 13 out. 2021.
- DE SOUSA, A. S.; DE OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L.H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>>. Acesso em: 29 mai. 2023.
- FERNANDES, F. **A constituição inacabada, vias históricas e significado**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989. 381 p.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 32. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 108 p.
- GAIGER, L.; BESSON, M.; LARA, F.; SOMMER, I. A economia solidária no rs: viabilidade e perspectivas. **Cadernos CEDOPE**, UNISINOS, v. 15, p. 1–61, 1999.
- GOHN, G. M. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 14, n. 50, p. 27–38, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003>>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 332 p.

HENRIQUES, F.; SÍGOLO, V. M.; RUFINO, S.; ARAÚJO, F. S.; NEPOMUCENO, V.; GIROTTO, M. B.; PAULUCCI, M. A. R.; NOGUEIRA, T. C.; ROCHA, M.; FARIA, M. S. DE. As empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil: resultados de um levantamento nacional. **Mercado de Trabalho**, v. 55, p. 55-67, 2013. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/348607666\\_Empresas\\_recuperadas\\_por\\_trabalhadores\\_no\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/348607666_Empresas_recuperadas_por_trabalhadores_no_Brasil)>. Acesso em: 15 out. 2021.

KOLAKOWSKI, L. **Las principales corrientes del Marxismo I: Los fundadores**. Madri: Alianza Universidad, 1985. 424 p.

KRUPSKAYA, N. K. **A construção da pedagogia socialista**. 1a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 344 p.

LIB NEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 544 p.

MARX, K. **O capital I: crítica da economia política. O processo de produção do capital**. São Paulo: Editorial, Boitempo, 2011. 751 p.

MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1953. 382 p.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Moraes, 1984. 119 p.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2a ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 125 p.

PACHECO, E. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: Editora IFRN, 2015. 70 p.

PIRES, A. S.; LIMA, J. C. Fábricas recuperadas pelos trabalhadores: os dilemas da gestão coletiva do trabalho. **Caderno CRH**, v. 30, n. 79, p. 69-87, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792017000100005>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. 1a ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. 121 p.

SANTOS, M. P. DOS. **Cooperativismo em goiás: como equalizar competitividade e solidariedade?** 2015. 62 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Faculdade de Agronomia, Universidade

Federal de Goiás. Goiânia, Goiás. 2015.

SAVIANI, D.; FLEURY, M. T.; LEITE, M. P.; SALERNO, M. S.; SILVA FILHO, H. P. F.; CARVALHO, R.; HIRATA, H.; MACHADO, L. R. S.; ASSIS, M.; GOUVEIA, A. J. Q. **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Petrópolis: Vozes, 1994. 224 p.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SILVA, C. M. B. DA. Ensino médio integrado: escola unitária como horizonte? **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 19, p. e9729, 2020. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9729>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

SINGER, P. A economia solidária como um ato pedagógico. In: Kruppa, S. M. (Org). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. p. 13-20.

STRECK, D.; ESTEBAN, M. **Educação Popular: Lugar de construção social coletiva**. Petrópolis: Vozes, 2013. 408 p.

TEIXEIRA, A. R. **Cooperativismo: uma análise comparativa entre a perspectiva de marx e a proposta do mst**. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá, Mato Grosso. 2014.

VIANA, N. Educação, Sociedade e Autogestão Pedagógica. **Revista Urutagua**, v.16, n.16, p.37-46, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/3689>>. Acesso em: 01 fev. 2022.